

LEGISLAÇÃO EM DESTAQUE

1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

1.1 LEIS ORDINÁRIAS

<u>Lei nº 15.455, de 1 de julho de 2026.</u> Publicada no DOU de 2 jul. 2026	Estabelece medidas de proteção e acolhimento de trabalhadoras e trabalhadores resgatados de condição análoga à de escravo; vincula o poder público e os empregadores à obrigação de efetivar a proteção de trabalhadores no ambiente doméstico; e altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), as Leis n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, e 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e a Lei Complementar n. 150, de 1 de junho de 2015, para incluir disposições referentes ao combate ao trabalho em condição análoga à de escravo.
<u>Lei nº 15.459, de 7 de julho de 2026</u> Publicada no DOU de 8 jul. 2026	Altera a Lei n. 7.405, de 12 de novembro de 1985, para estabelecer a utilização do Símbolo Internacional de Acessibilidade.
<u>Lei nº 15.462, de 8 de julho de 2026.</u> Publicada no DOU de 9 jul. 2026	Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para especificar as atividades a serem consideradas no aperfeiçoamento profissional continuado dos profissionais da educação básica pública.
<u>Lei nº 15.465, de 9 de julho de 2026.</u> Publicada no DOU de 10 jul. 2026	Altera a Lei n. 12.136, de 18 de dezembro de 2009, para instituir o Mês Nacional de Conscientização e Divulgação da Fibrose Cística – Setembro Roxo.
<u>Lei nº 15.466, de 9 de julho de 2026.</u> Publicada no DOU de 10 jul. 2026	Cria o Banco Nacional de Boas Práticas na Prevenção e no Combate à Violência contra a Mulher.
<u>Lei nº 15.468, de 13 de julho de 2026.</u> Publicada no DOU de 14 jul. 2026	Altera o art. 26 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir educação política e direitos da cidadania como componente curricular obrigatório da educação básica.
<u>Lei nº 15.471, de 20 de julho de 2026.</u> Publicada no DOU de 21 jul. 2026	Institui a Estratégia Nacional de Saúde do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ensceis); e altera a Lei n. 6.360, de 23 de setembro de 1976, a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e a Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde).
<u>Lei nº 15.473, de 22 de julho de 2026.</u> Publicada no DOU de 22 jul. 2026	Altera as Leis n. 9.818, de 23 de agosto de 1999, e 12.712, de 30 de agosto de 2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação.
<u>Lei nº 15.474, de 23 de julho de 2026.</u> Publicada no DOU de 24 jul. 2026	Dispõe sobre a comercialização, a aquisição e a posse de aerossol de extratos vegetais para fins de defesa pessoal da mulher; estabelece penalidades pelo uso indevido do aerossol de extratos vegetais; e altera a Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento).
<u>Lei nº 15.475, de 23 de julho de 2026.</u> Publicada no DOU de 24 jul. 2026	Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto alimentício obtido por meio de método de alimentação forçada de animais.
<u>Lei nº 15.476, de 23 de julho de 2026.</u> Publicada no DOU de 24 jul. 2026	Fica criado o título Cidade Amiga do Idoso, a ser conferido às cidades que se destacarem na adoção de políticas e iniciativas que visem a assegurar tratamento mais digno às pessoas idosas.

Lei nº 15.478, de 29 de julho de 2026. Publicada no DOU de 30 jul. 2026	Acrescenta dispositivo à Lei n. 10.714, de 13 de agosto de 2003, para dispor sobre a divulgação do serviço telefônico de denúncias relacionadas a violência contra a mulher.
Lei nº 15.479, de 29 de julho de 2026. Publicada no DOU de 30 jul. 2026	Altera a Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a transferência automática do montante da prestação alimentícia.
Lei nº 15.480, de 30 de julho de 2026. Publicada no DOU de 31 jul. 2026	Altera a Lei Complementar n. 89, de 18 de fevereiro de 1997, para dispor sobre as receitas e a destinação de recursos do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal (Funapol) e sobre o auxílio-saúde dos servidores das polícias federais; e a Lei n. 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para ajustar a destinação do produto da arrecadação das apostas de quota fixa.
Lei nº 15.481, de 31 de julho de 2026. Publicada no DOU de 1 ago. 2026	Altera o § 4 do art. 4 da Lei n. 13.018, de 22 de julho de 2014, que institui a Política Nacional de Cultura Viva, a fim de estabelecer requisitos para parceria e intercâmbio dos pontos e pontões de cultura com os estabelecimentos de ensino da educação básica.
Lei nº 15.484, de 4 de agosto de 2026 Publicada no DOU de 4 ago. 2026	Regulamenta o regime de relevância das questões de direito federal infraconstitucional para admissão dos recursos especiais no Superior Tribunal de Justiça e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).
Lei nº 15.485, de 5 de agosto de 2026. Publicada no DOU de 6 ago. 2026	Altera a Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, para dispor sobre a obrigatoriedade de cadastramento da operação de transporte e a geração do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT) e sobre medidas administrativas para o cumprimento da Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas, a Lei nº 10.666, de 8 de maio de 2003, a Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007, a Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e dá outras providências.
Lei nº 15.486, de 6 de agosto de 2026. Publicada no DOU de 7 ago. 2026	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para prorrogar o prazo de aplicação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas e às instituições sem fins lucrativos; e dispõe sobre a aplicação do § 2º do art. 38 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021.
Lei nº 15.487, de 6 de agosto de 2026. Publicada no DOU de 7 ago. 2026	Institui medidas de enfrentamento e repressão ao crime de violência sexual contra criança ou adolescente, inclusive no ambiente digital e com uso de inteligência artificial; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), e a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (Lei de Combate ao Crime Organizado), para recrudescer o tratamento penal aos criminosos sexuais.
Lei nº 15.490, de 17 de agosto de 2026. Publicada no DOU de 18 ago. 2026	Altera a Lei nº 14.293, de 4 de janeiro de 2022, que dispõe sobre o Programa de Venda em Balcão (ProVB); e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre a realização de leilões públicos destinados à formação de estoques.
Lei nº 15.491, de 24 de agosto de 2026. Publicada no DOU de 25 ago. 2026	Institui a campanha de saúde pública Junho Vermelho, para estimular o desenvolvimento pelo poder público de ações de incentivo à doação de sangue.
Lei nº 15.492, de 2 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 3 set. 2026	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome de Tourette.

Lei nº 15.493, de 2 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 3 set. 2026	Dispõe sobre ações para avaliação médica completa e periódica da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre a conscientização acerca da importância da prevenção de doenças e de agravos à saúde.
Lei nº 15.494, de 2 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 3 set. 2026	Altera a Lei nº 14.747, de 5 de dezembro de 2023, para prever a criação de protocolos de atendimento para urgências cardiovasculares no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), incluídas medidas trombolíticas em Unidade de Pronto Atendimento (UPA).
Lei nº 15.496, de 3 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 3 set. 2026	Institui o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert); e dá outras providências.
Lei nº 15.497, de 4 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 8 set. 2026	Altera a Lei nº 15.201, de 9 de setembro de 2025, para reduzir o prazo de análise dos processos e dos serviços administrativos no âmbito do Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB).
Lei nº 15.498, de 4 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 4 set. 2026	Altera as Leis nºs 9.289, de 4 de julho de 1996, e 11.636, de 28 de dezembro de 2007, para dispor sobre a atualização dos valores das custas judiciais no âmbito da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, cria o Fundo Especial da Justiça Federal (Fejufe) e o Fundo Especial do Superior Tribunal de Justiça (FESTJ) e destina receitas para o Fundo de Modernização do Conselho Nacional de Justiça, o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União e o Fundo de Fortalecimento do Acesso à Justiça, Promoção dos Direitos Fundamentais e Estruturação da Defensoria Pública da União.
Lei nº 15.499, de 4 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 4 set. 2026	Cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento da Cidadania e Aperfeiçoamento do Ministério Público da União (FMPU).
Lei nº 15.500, de 4 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 4 set. 2026	Cria e estrutura o Fundo de Fortalecimento do Acesso à Justiça, Promoção dos Direitos Fundamentais e Estruturação da Defensoria Pública da União.
Lei nº 15.501, de 9 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 10 set. 2026	Autoriza a criação do Fundo de Crédito à Exportação (FCE), e altera a Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, para autorizar a constituição de subsidiárias e controladas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para adequar normas operacionais de garantia para operações de Seguro de Crédito à Exportação.
Lei nº 15.502, de 10 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 10 set. 2026	Altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais.
Lei nº 15.503, de 14 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 14 set. 2026	Destina recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte escolar, profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social ou econômica; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000 (Lei do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), a Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007 (Lei de Incentivo à Indústria de TV Digital), a Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, e a Lei nº 14.947, de 2 de agosto de 2024.

Lei nº 15.504, de 15 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 15 set. 2026	Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), e a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).
Lei nº 15.505, de 15 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 15 set. 2026	Institui a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre a Linfangioleiomiomatose.
Lei nº 15.506, de 16 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 16 set. 2026	Institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE) e o Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE); altera a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, a Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, e a Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024; e dá outras providências.
Lei nº 15.509, de 21 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 22 set. 2026	Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre o prazo prescricional da ação para aplicação de sanções administrativas aos notários e registradores.
Lei nº 15.512, de 22 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 23 set. 2026	Dispõe sobre princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a efetivação, com absoluta prioridade, do direito da criança e do adolescente à natureza; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
Lei nº 15.513, de 22 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 23 set. 2026	Altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para prorrogar a faculdade de dedução do imposto sobre a renda dos valores correspondentes a doações e patrocínios destinados ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon) e ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).
Lei nº 15.516, de 22 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 23 set. 2026	Institui o Protocolo Intersetorial de Atendimento e Resposta Integrada em Situações de Violência, destinado a orientar a atuação das autoridades competentes nos casos de estupro e de outras formas de violência física contra mulher, criança, adolescente e pessoas em situação de vulnerabilidade; e altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013.
Lei nº 15.517, de 22 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 23 set. 2026	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e a Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, para dispor sobre os crimes de furto e roubo de petróleo e derivados, gás natural e suas frações recuperáveis, álcool etílico hidratado carburante e demais combustíveis fluidos carburantes, inclusive biocombustíveis, e óleos lubrificantes, bem como para tipificar novos crimes contra a ordem econômica.
Lei nº 15.518, de 22 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 23 set. 2026	Institui o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).
Lei nº 15.519, de 22 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 23 set. 2026	Dispõe sobre o exercício da atividade de psicopedagogia.
Lei nº 15.522, de 28 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 29 set. 2026	Dispõe sobre as diretrizes para o desenvolvimento do futebol feminino no País; e altera as Leis nºs 14.193, de 6 de agosto de 2021, 14.597, de 14 de junho de 2023 (Lei Geral do Esporte), e 15.421, de 1º de junho de 2026.
Lei nº 15.523, de 28 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 29 set. 2026	Altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para definir percentual de arrecadação da loteria de prognósticos numéricos a ser destinado ao Comitê Brasileiro de Clubes (CBC)

Lei nº 15.524, de 28 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 29 set. 2026	Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Controle e Avaliação da Qualidade da Assistência à Saúde prestada pela Iniciativa Privada; e altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.
Lei nº 15.525, de 28 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 29 set. 2026	Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para fixar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das sociedades resseguradoras locais e para afastar a incidência do adicional do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre essas sociedades, e dispõe sobre a compensação de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativas da CSLL por elas apurados.
Lei nº 15.526, de 29 de setembro de 2026. Publicada no DOU de 30 set. 2026	Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e a Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, para aperfeiçoar o marco legal do seguro rural.

1.2 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 233, de 1 de julho de 2026. Publicado no DOU de 2 jul. 2026	Altera a Lei Complementar n. 79, de 7 de janeiro de 1994, para destinar recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) à formação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à capacitação continuada dos servidores do sistema penitenciário nacional e dos policiais penais.
Lei Complementar nº 235, de 27 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 28 ago. 2026	Dispõe sobre regras para renúncias de receita com o objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pelo choque no mercado internacional de energia decorrente do conflito no Oriente Médio e excepcionaliza os benefícios tributários destinados à Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, ao Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes e à realização da Copa do Mundo Feminina, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 236, de 4 de setembro de 2026. Publicado no DOU de 4 set. 2026	Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para dispor sobre normas gerais para solução de controvérsias, consensualidade e processo administrativo em matéria tributária e aduaneira, e revoga dispositivo da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.
Lei Complementar nº 237, de 15 de setembro de 2026. Publicado no DOU de 4 set. 2026	Altera a Lei Complementar nº 229, de 30 de março de 2026, para incluir o regime especial de tributação para serviços de datacenter, os programas federais de financiamento de ações de apoio às pessoas com câncer e às pessoas com deficiência, bem como a desoneração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das sociedades resseguradoras locais, entre as exceções às regras aplicáveis à concessão de benefícios tributários; e altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para desobrigar os Municípios com até 65.000 (sessenta e cinco mil) habitantes de comprovar, para fins de realização de transferências voluntárias, o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor e a prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

1.3 DECRETOS

Decreto nº 13.048, de 3 de julho de 2026 Publicado no DOU de 3 jul. 2026	Estabelece os critérios e os procedimentos para a concessão do Reconhecimento de Saberes e Competências aos servidores ocupantes dos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
---	--

Decreto nº 13.049, de 3 de julho de 2026. Publicado no DOU de 3 jul. 2026	Regulamenta a Lei n. 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, quanto às Carreiras e aos Planos de Cargos que especifica.
Decreto nº 13.050, de 3 de julho de 2026. Publicado no DOU de 3 jul. 2026	Altera o Decreto n. 9.226, de 6 de dezembro de 2017, que regulamenta a Lei n. 12.855, de 2 de setembro de 2013, que institui a indenização devida a ocupante de cargo efetivo das Carreiras e Planos Especiais de Cargos que especifica, em exercício nas unidades situadas em localidades estratégicas vinculadas à prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços.
Decreto nº 13.051, de 3 de julho de 2026. Publicado no DOU de 3 jul. 2026	Dispõe sobre a distribuição do quantitativo de Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas – GTATA.
Decreto nº 13.054, de 3 de julho de 2026. Publicado no DOU de 3 jul. 2026	Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto n. 3.048, de 6 de maio de 1999, para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas.
Decreto nº 13.055, de 3 de julho de 2026. Publicado no DOU de 6 jul. 2026	Altera o Decreto n. 11.712, de 20 de setembro de 2023, que qualifica organizações militares da Marinha como Organizações Militares Prestadoras de Serviços, com autonomia de gestão.
Decreto nº 13.056, de 6 de julho de 2026. Publicado no DOU de 6 jul. 2026	Altera o Decreto n. 12.301, de 9 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a aprovação de diretrizes e de estratégias relativas à governança corporativa nas empresas estatais federais e à administração das participações societárias da União.
Decreto nº 13.057, de 7 de julho de 2026. Publicado no DOU de 8 jul. 2026	Altera o Decreto n. 2.338, de 7 de outubro de 1997, que aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança.
Decreto nº 13.075, de 21 de julho de 2026. Publicado no DOU de 22 jul. 2026	Altera o Decreto n. 12.955, de 29 de abril de 2026, que regulamenta a Contribuição Social sobre Bens e Serviços – CBS.
Decreto nº 13.081, de 27 de julho de 2026. Publicado no DOU de 28 jul. 2026	Promulga o Acordo de Livre Comércio entre o Mercado Comum do Sul – Mercosul e a República de Singapura, firmado pela República Federativa do Brasil, no Rio de Janeiro, em 7 de dezembro de 2023.
Decreto nº 13.082, de 27 de julho de 2026. Publicado no DOU de 28 jul. 2026	Promulga o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Austrália sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, firmado em Brisbane, em 15 de novembro de 2014.
Decreto nº 13.083, de 29 de julho de 2026. Publicado no DOU de 30 jul. 2026	Institui o Sistema Integrado Mulher Segura e o seu Painel Público de Monitoramento da Integração de Dados.
Decreto nº 13.084, de 29 de julho de 2026. Publicado no DOU de 30 jul. 2026	Institui o Programa Alerta Mulher Segura e regulamenta o art. 22, caput, inciso VIII, da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a monitoração eletrônica como medida protetiva de urgência.
Decreto n. 13.086, de 30 de julho de 2026. Publicado no DOU de 31 jul. 2026	Altera o Decreto n. 12.066, de 18 de junho de 2024, que regulamenta a Lei n. 14.802, de 10 de janeiro de 2024, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027.
Decreto nº 13.088, de 30 de julho de 2026. Publicado no DOU de 31 jul. 2026	Promulga o texto do Ato Constitutivo do Instituto Pan-Americano de Geografia e História – IPGH, aprovado na VI Conferência Internacional Americana, concluída em Havana, em 20 de fevereiro de 1928.

Decreto nº 13.092, de 10 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 11 ago. 2026	Regulamenta os art. 1º a art. 3º da Medida Provisória nº 1.374, de 30 de junho de 2026, que autorizam a concessão de subvenção econômica aos produtores independentes de cana-de-açúcar da Região Nordeste que sofreram prejuízos econômicos decorrentes da tributação adicional sobre exportações brasileiras impostas pelos Estados Unidos da América ou de eventos climáticos extremos na safra 2025/2026.
Decreto nº 13.093, de 11 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 12 ago. 2026	Revoga o Decreto nº 59.417, de 26 de outubro de 1966, que dispõe sobre a realização dos seguros de órgãos do Poder Público.
Decreto nº 13.094, de 12 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 13 ago. 2026	Regulamenta o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, de que trata a Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024.
Decreto nº 13.095, de 12 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 13 ago. 2026	Regulamenta os art. 26 a art. 29 da Lei nº 14.993, de 8 de outubro de 2024, quanto às condições para o exercício das atividades de captura, de transporte por meio de dutos e de estocagem geológica de dióxido de carbono.
Decreto nº 13.096, de 12 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 13 ago. 2026	Regulamenta a Lei nº 14.948, de 2 de agosto de 2024, que institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono, dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono, institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono, e institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono – Rehidro, e a Lei nº 14.990, de 27 de setembro de 2024, que institui o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono – PHBC.
Decreto nº 13.097, de 12 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 13 ago. 2026	Regulamenta a abertura do mercado de energia elétrica para os consumidores atendidos em tensão inferior a 2,3 kV e o suprimento de última instância, de que tratam o art. 4º, o art. 15, o art. 15-C e o art. 15-D da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências.
Decreto nº 13.099, de 12 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 17 ago. 2026	Altera o Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, instituído pela Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023.
Decreto nº 13.103, de 21 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 24 ago. 2026	Promulga a Emenda ao Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do Mercosul, firmada pela República Federativa do Brasil, em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019.
Decreto nº 13.104, de 21 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 24 ago. 2026	Promulga o Acordo sobre Comércio Eletrônico do Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, em Montevideu, em 29 de abril de 2021.
Decreto nº 13.106, de 24 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 25 ago. 2026	Regulamenta o art. 79, caput, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Compras Expressas.
Decreto nº 13.108, de 31 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 1 set. 2026	Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, quanto a medidas de proteção do consumidor na comercialização de ingressos para eventos no território nacional.
Decreto nº 13.109, de 31 de agosto de 2026. Publicado no DOU de 1 set. 2026	Estabelece medidas destinadas a garantir o acesso à água potável e a proteção da saúde dos consumidores em eventos abertos ao público.

Decreto nº 13.116, de 9 de setembro de 2026. Publicado no DOU de 10 set. 2026	Reduz as alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a importação e a comercialização no mercado interno de gasolina e suas correntes, exceto gasolina de aviação, e de etanol hidratado combustível.
Decreto nº 13.119, de 16 de setembro de 2026. Publicado no DOU de 16 set. 2026	Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica aos produtores e às cooperativas de produtores de biocombustíveis destinados ao consumo final, nos termos do disposto no art. 2º, § 5º e § 6º, da Lei Complementar nº 235, de 27 de agosto de 2026.
Decreto nº 13.120, de 17 de setembro de 2026. Publicado no DOU de 17 set. 2026	Dispõe sobre a correção do valor dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC entre março de 2023 e agosto de 2026.
Decreto nº 13.121, de 21 de setembro de 2026. Publicado no DOU de 22 set. 2026	Regulamenta a Medida Provisória nº 1.391, de 11 de setembro de 2026, que autoriza a concessão de subvenção econômica aos produtores e importadores de óleo diesel e suas correntes, com a finalidade de garantir o fornecimento de óleo diesel e suas correntes em todo o território nacional, enquanto houver instabilidade na oferta de combustíveis decorrentes de conflitos geopolíticos.
Decreto nº 13.122, de 21 de setembro de 2026. Publicado no DOU de 22 set. 2026	Promulga o Acordo Constituinte do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe, firmado pela República Federativa do Brasil, em Roma, em 28 de outubro de 1994.
Decreto nº 13.126, de 23 de setembro de 2026. Publicado no DOU de 23 set. 2026	Promulga o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e os Estados da EFTA, firmado pela República Federativa do Brasil, no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 2025.
Decreto nº 13.127, de 23 de setembro de 2026. Publicado no DOU de 23 set. 2026	Altera o Decreto nº 13.119, de 16 de setembro de 2026, e institui subvenção econômica extraordinária, nos termos do disposto no art. 2º, § 7º, da Lei Complementar nº 235, de 27 de agosto de 2026.

2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

2.1 LEIS ORDINÁRIAS

Lei nº 23.321, de 13 de julho de 2026 Publicada no D.O.E. de 13 jul. 2026	Institui a Campanha Estadual de Prevenção, Diagnóstico Precoce, Tratamento e Reabilitação das Pessoas com Linfedema.
Lei nº 23.329, de 14 de julho de 2026. Publicada no D.O.E. de 14 jul. 2026	Institui a Rota do Antigomobilismo no Estado do Paraná.
Lei nº 23.330, de 14 de julho de 2026. Publicada no D.O.E. de 14 jul. 2026	Institui, no âmbito do Estado do Paraná, a campanha Doação de Sangue Animal.
Lei nº 23.339, de 14 de julho de 2026. Publicada no D.O.E. de 23 jul. 2026	Acresce a Seção XIV ao Capítulo VI da Lei n. 21.926, de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.
Lei nº 23.334, de 23 de julho de 2026. Publicada no D.O.E. de 23 jul. 2026	Altera a Lei n. 21.926 de 11 de abril de 2024, que consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense.

Lei nº 23.351, de 23 de julho de 2026. Publicada no D.O.E. de 13 jul. 2026	Institui o Dia Estadual do Instrutor do PROERD Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, a ser comemorado anualmente em 28 de julho.
Lei nº 23.363, de 27 de julho de 2026. Publicada no D.O.E. de 27 jul. 2026	Altera a Lei n. 18.381, de 15 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a instituição do serviço social autônomo PALCOPARANÁ.
Lei nº 23.364, de 27 de julho de 2026. Publicada no D.O.E. de 13 jul. 2026	Dispõe sobre a Campanha Permanente de Aconselhamento Genético no Estado do Paraná.
Lei nº 23.391, de 10 de agosto de 2026. Publicada no D.O.E. de 10 ago. 2026	Concede, para revisão geral anual do ano de 2026, o índice geral de 4,39% (quatro vírgula trinta e nove por cento) nas tabelas de vencimento básico das carreiras de servidores (efetivos e comissionados) da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
Lei nº 23.392, de 11 de agosto de 2026. Publicada no D.O.E. de 11 ago. 2026	Institui a Semana Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Walkwer-Warburg, denominada Lei Geovana Cristina Malaquias, e dá outras providências.
Lei nº 23.393, de 11 de agosto de 2026. Publicada no D.O.E. de 11 ago. 2026	Institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Osteogênese Imperfeita a ser realizado anualmente em 6 de maio.
Lei nº 23.395, de 11 de agosto de 2026. Publicada no D.O.E. de 11 ago. 2026	Dispõe sobre a instrução pública para a prevenção e o combate ao engasgo.
Lei nº 23.397, de 11 de agosto de 2026. Publicada no D.O.E. de 11 ago. 2026	Altera a Lei nº 18.975, de 3 de abril de 2017, que institui o Alerta para Resgate de Pessoas no Paraná estabelecendo a política de Estado de contingência nas hipóteses de desaparecimento, rapto ou sequestro de crianças e adolescentes.
Lei nº 23.409, de 18 de agosto de 2026. Publicada no D.O.E. de 18 ago. 2026	Dispõe sobre o apoio à preservação da fertilidade de pacientes oncológicos e à promoção da saúde reprodutiva - oncofertilidade no Estado do Paraná.
Lei nº 23.411, de 18 de agosto de 2026. Publicada no D.O.E. de 18 ago. 2026	Estabelece diretrizes para a valorização das atividades econômicas e sociais relacionadas à reutilização e à circulação de bens no Estado do Paraná, tais como brechós, bazares, lojas de revenda e similares.
Lei nº 23.412, de 18 de agosto de 2026. Publicada no D.O.E. de 18 ago. 2026	Altera a Lei nº 9.275, de 28 de maio de 1990, que dispõe sobre a execução dos Hinos Nacionais e do Paraná nas festividades cívicas ou esportivas e nos estabelecimentos de ensino.
Lei nº 23.414, de 20 de agosto de 2026. Publicada no D.O.E. de 20 ago. 2026	Dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos do quadro efetivo, da remuneração dos cargos em comissão e das gratificações no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em observância ao inciso X do art. 37 da Constituição Federal.
Lei nº 23.415, de 21 de agosto de 2026. Publicada no D.O.E. de 21 ago. 2026	Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, com garantia da União, para financiamento do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná.
Lei nº 23.439, de 1 de setembro de 2026. Publicada no D.O.E. de 1 set. 2026	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2027.

Lei nº 23.440, de 1 de setembro de 2026. Publicada no D.O.E. de 1 set. 2026	Autoriza a realização de atividades pedagógicas supervisionadas com máquinas, implementos, equipamentos e veículos automotores a estudantes regularmente matriculados em cursos técnicos de nível médio da rede pública estadual.
Lei nº 23.443, de 2 de setembro de 2026. Publicada no D.O.E. de 2 set. 2026	Dispõe sobre a garantia de acesso e permanência de ambos os pais ou responsável no acompanhamento de pacientes menores de idade em consultas nas unidades de saúde das redes pública e privada do Estado do Paraná.
Lei nº 23.444, de 2 de setembro de 2026. Publicada no D.O.E. de 2 set. 2026	Dispõe sobre a juventude e a sucessão rural no Estado do Paraná, em consonância com a Lei Federal nº 15.178, de 23 de julho de 2025, e dá outras providências.
Lei nº 23.445, de 2 de setembro de 2026. Publicada no D.O.E. de 2 set. 2026	Institui a campanha permanente denominada “Minha Escola, Nossa Escola: aprendendo a preservar” nas instituições de ensino do Estado do Paraná.
Lei nº 23.448, de 9 de setembro de 2026. Publicada no D.O.E. de 9 set. 2026	Dispõe sobre a distribuição de quaisquer animais vivos, a título de brinde, promoção ou sorteio, em eventos públicos, privados e congêneres.

2.2 LEIS COMPLEMENTARES

Lei Complementar nº 296, de 1 de setembro de 2026. Publicada no D.O.E. de 1 set. 2026	Altera a Lei Complementar nº 250, de 1º de janeiro de 2023, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação de Apoio à Atividade de Segurança Pública do Paraná.
--	--

2.3 DECRETOS

Decreto nº 14.303, de 6 de julho de 2026. Publicado no D.O.E. de 6 jul. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Convênio ICMS n. 28/2026, que autoriza, até 31 de dezembro de 2026, o reconhecimento do cumprimento de condicionantes de fruição de benefícios fiscais relativas à desoneração ou à redução da carga de tributos federais previstas em convênios ICMS.
Decreto nº 14.304, de 6 de julho de 2026. Publicado no D.O.E. de 6 jul. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 7.871, de 29 de setembro de 2017 para internalizar o Convênio ICMS 176/25, que trata da isenção em operações destinadas ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional.
Decreto nº 14.305, de 6 de julho de 2026. Publicado no D.O.E. de 6 jul. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar os Convênios ICMS 129/2025, 135/2025, 143/2025 e 170/2025, que atualizam disposições sobre a isenção e a redução da base de cálculo do imposto nas operações com ônibus, micro-ônibus e embarcações do Programa Caminho da Escola, na construção e ampliação de Terminais Portuários marítimos no Estado, nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal, e nas saídas de veículos e equipamentos de uso militar.
Decreto nº 14.315, de 9 de julho de 2026. Publicado no D.O.E. de 9 jul. 2026	Regulamenta as condições para a celebração de transação individual resolutiva de litígio por empresas instaladas no território paranaense que realizem operações de exportação e que tenham sido impactadas pelo aumento tarifário promovido pelo Governo dos Estados Unidos da América, com fundamento no art. 1 da Lei n. 23.230, de 27 de maio de 2026.
Decreto nº 14.316, de 9 de julho de 2026. Publicado no D.O.E. de 9 jul. 2026	Prorroga, por mais 150 dias, o prazo previsto no art. 3º do Decreto nº 2.893, de 25 de julho de 2023, que Decreta Emergência Zoonosária em razão da Influenza Aviária H5N1 de alta patogenicidade em aves silvestres migratórias no Estado do Paraná.

Decreto nº 14.362, de 9 de julho de 2026. Publicado no D.O.E. de 6 jul. 2026	Regulamenta a Lei n. 23.259, de 12 de junho de 2026, que transforma em preço público a remuneração dos serviços de exame de aptidão física e mental, de avaliação psicológica e de exame médico especial, para fins de habilitação, e regulamenta os critérios de distribuição dos atendimentos entre clínicas credenciadas, os retornos, as remarcações, os subsídios aplicáveis à Junta Médica Especial e à garantia de acessibilidade comunicacional por meio de intérprete de Libras.
Decreto nº 14.476, de 22 de julho de 2026. Publicado no D.O.E. de 22 jul. 2026	Aprova o Plano de Investimentos da Reserva de Investimento Estratégico do Fundo Estratégico do Paraná para o triênio 2026-2029.
Decreto nº 14.477, de 22 de julho de 2026. Publicado no D.O.E. de 22 jul. 2026	Altera o Decreto n. 6.040, de 5 de junho de 2024, que reconhece as espécies da fauna ameaçada de extinção no Estado do Paraná.
Decreto nº 14.479, de 22 de julho de 2026. Publicado no D.O.E. de 22 jul. 2026	Retifica o Decreto n. 14.454, de 17 de julho de 2026.
Decreto nº 14.556, de 28 de julho de 2026. Publicado no D.O.E. de 28 jul. 2026	Cumprimento de ordem judicial para suspender os efeitos do Decreto n. 950, de 15 de março de 2023, restabelecendo a eficácia do Decreto nº 7.492, de 28 de abril de 2021, em razão de decisão judicial revogatória de liminar.
Decreto nº 14.617, de 3 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 3 ago. 2026	Regulamenta a Lei nº 22.277, de 17 de dezembro de 2024, institui a Área de Interesse Especial Regional da Colônia Santa Gabriela — AIERC, no Município de Almirante Tamandaré, estabelece diretrizes para ocupação e dá outras providências.
Decreto nº 14.669, de 7 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 7 ago. 2026	Altera o Decreto nº 7.855, de 6 de novembro de 2024, que regulamenta a Lei nº 21.860, de 15 de dezembro de 2023, para ajustar a base de incidência dos descontos para o valor total consolidado dos créditos e dá outras providências.
Decreto nº 14.706, de 11 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 11 ago. 2026	Dispõe sobre a Operação Verão Paraná 2026/2027, a ser realizada no período de 19 de dezembro de 2026 a 12 de fevereiro 2027, sob Coordenação-Geral do Secretário de Estado do Esporte.
Decreto nº 14.714, de 12 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 12 ago. 2026	Altera o Anexo Único do Decreto nº 3.001, de 3 de agosto de 2023.
Decreto nº 14.715, de 12 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 12 ago. 2026	Altera o Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a aquisição e incorporação de bens ao patrimônio público estadual, os procedimentos para intervenção estatal na propriedade privada e dá outras providências.
Decreto nº 14.761, de 17 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 17 ago. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar os Ajustes SINIEF 21/2019, 36/2022, 24/2025, 27/2025, 32/2025, 33/2025, 34/2025, 36/2025, 40/2025, 41/2025, 47/2025, 49/2025, 50/2025, 4/2026, 5/2026, 10/2026, 11/2026, 12/2026, 13/2026 e 15/2026, que atualizam normas sobre documentos fiscais eletrônicos e escrituração digital, e dá outras providências.
Decreto nº 14.762, de 17 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 17 ago. 2026	Altera o Decreto nº 1.933, de 17 de julho de 2015, que regulamenta a Lei nº 18.466, de 24 de abril de 2015, a qual dispõe sobre o Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual.

Decreto nº 14.763, de 17 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 17 ago. 2026	Altera o §1º do art. 639 do Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Estadual.
Decreto nº 14.764, de 17 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 17 ago. 2026	Institui a Unidade Técnica de Estudos sobre Transporte Público Coletivo Intermunicipal de Passageiros – UTET, na Secretaria de Estado do Planejamento, e altera o Anexo ao Decreto nº 11.241, de 16 de setembro de 2025, que aprovou o Regulamento da Pasta.
Decreto nº 14.765, de 17 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 17 ago. 2026	Altera dispositivo do Decreto nº 12.455, de 23 de outubro de 2014, que trata da Rede Estadual de Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação Tecnológica, voltada à redução de riscos de desastres no Estado do Paraná – REDEASTRE e o Anexo II do Regimento Interno anexo ao Decreto nº 12.801, de 26 de fevereiro de 2026, que dispõe sobre a organização territorial dos Núcleos de Atuação Regional da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil.
Decreto nº 14.766, de 17 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 17 ago. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para ajustar procedimentos relacionados ao parcelamento de crédito tributário.
Decreto nº 14.846, de 24 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 24 ago. 2026	Reajusta o auxílio-alimentação instituído pela Lei nº 11.034, de 30 de dezembro de 1994.
Decreto nº 14.847, de 24 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 24 ago. 2026	Reajusta o auxílio-alimentação instituído pela Lei nº 11.034, de 30 de dezembro de 1994.
Decreto nº 14.867, de 26 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 26 ago. 2026	Altera o Decreto nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, quanto às hipóteses de cancelamento do registro de preços do fornecedor.
Decreto nº 14.923, de 31 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 31 ago. 2026	Altera o Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 7.871, de 29 de setembro de 2017, para internalizar o Ajuste SINIEF 25/2026, o qual atualiza disposições relativas à Nota Fiscal Eletrônica – NF-e e dá outras providências.
Decreto nº 14.930, de 31 de agosto de 2026. Publicado no D.O.E. de 31 ago. 2026	Reproduz na legislação paranaense disposição constante no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001, publicado pelo Estado de Santa Catarina – RICMS/SC, que estabelece o diferimento do ICMS relativo ao diferencial de alíquotas nas entradas interestaduais de bens destinados a integrar o ativo permanente de concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica.
Decreto nº 14.977, de 1 de setembro de 2026. Publicado no D.O.E. de 1 set. 2026	Regulamenta a Lei nº 22.231, de 6 de dezembro de 2024, que institui a campanha permanente de monitoramento digital contínuo de glicemia no Estado do Paraná.
Decreto nº 15.010, de 9 de setembro de 2026. Publicado no D.O.E. de 9 set. 2026	Altera o Decreto nº 10.163, de 3 de fevereiro de 2022, para reabrir, em caráter excepcional, o prazo para contratação de operações de crédito com subvenção econômica de que trata o art. 40-A, e adota outras providências.
Decreto nº 15.011, de 9 de setembro de 2026. Publicado no D.O.E. de 9 set. 2026	Regulamenta a Lei nº 22.130, de 9 de setembro de 2024, que dispõe sobre a Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná e dá outras providências.

Decreto nº 15.104, de 15 de setembro de 2026. Publicado no D.O.E. de 15 set. 2026	Regulamenta o inciso II do Parágrafo único do art. 1º, o parágrafo único do art. 3º, o §2º do art. 9º e o art. 12 da Lei nº 21.720, de 31 de outubro de 2023, para dispor sobre a concessão de apoio financeiro às famílias atingidas por desastres.
Decreto nº 15.108, de 15 de setembro de 2026. Publicado no D.O.E. de 15 set. 2026	Regulamenta a Lei nº 22.130, de 9 de setembro de 2024, que dispõe sobre a Consolidação das Leis de Defesa do Consumidor do Estado do Paraná e dá outras providências.
Decreto nº 15.144, de 23 de setembro de 2026. Publicado no D.O.E. de 23 set. 2026	Altera o Decreto nº 13.429, de 23 de abril de 2026, que regulamenta a Lei nº 22.764, de 4 de novembro de 2025 - Programa Regulariza Paraná, para adequá-lo às disposições da Lei nº 23.318, de 9 de julho de 2026.
Decreto nº 15.145, de 23 de setembro de 2026. Publicado no D.O.E. de 23 set. 2026	Regulamenta o procedimento auxiliar de credenciamento para contratação de bens e serviços comuns padronizados por meio de comércio eletrônico no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná.

3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

3.1 RESOLUÇÕES

Resolução nº 140, de 18 de agosto de 2026. Publicada no D.E.T.C. de 21 ago. 2026	Dispõe sobre a fiscalização exercida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná quanto às transferências voluntárias de recursos públicos no âmbito estadual e municipal, a prestação de informações por meio do Sistema Integrado de Transferências SIT, e dá outras providências.
---	--

3.2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Instrução Normativa nº 209, de 13 de julho de 2026. Publicada no D.E.T.C. de 20 jul. 2026	Institui procedimento para o compartilhamento orientativo de decisões e resultados de fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná com conselhos municipais cadastrados no Canal de Comunicação e com os respectivos órgãos de controle interno municipal.
--	--

3.3 INSTRUÇÕES DE SERVIÇO

Instrução de Serviço nº 198, de 23 de julho de 2026. Publicada no D.E.T.C. de 27 jul. 2026	Dispõe sobre os procedimentos e fluxos de trabalho relativos à pré-seleção e encaminhamento às unidades de estagiários de ensino médio, graduação e pós-graduação, pela Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP.
Instrução de Serviço nº 199, de 24 de julho de 2026. Publicada no D.E.T.C. de 28 jul. 2026	Institui, no âmbito deste Tribunal, o VALORIZA – Programa de Valorização dos Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

